



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **13 de agosto de 2012 (segunda-feira), às 10:00 horas.**

LOCAL DA SESSÃO: Rua Aimorés, 698 – Funcionários – Belo Horizonte/MG

PREGOEIRO: Áurea Maria Alves Araújo

EQUIPE DE APOIO: Edmar dos Reis e Herbert Gomes Colen

(Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelas Portarias nº 511/2010, 567/2011 e 620/2012)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de impressos padronizados para a Justiça Militar, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital e de acordo com os modelos apresentados pela Gerência Administrativa.

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

<http://www.tjmmg.jus.br> – vide “LICITAÇÕES”

O Edital constante dos autos prevalecerá sobre o disponibilizado na internet,

caso haja divergência entre eles.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUMÁRIO

PREÂMBULO	3
1. OBJETO	3
2. DAS CONSULTAS, ESLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
4. ENTREGA DOS ENVELOPES	6
5. CREDENCIAMENTO	7
6. PROPOSTA COMERCIAL	8
7. SESSÃO DO PREGÃO	9
8. HABILITAÇÃO	12
9. RECURSOS	15
10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	16
12. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA	17
13. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO DOS IMPRESSOS	17
14. DO PAGAMENTO	18
15. DAS PENALIDADES	18
16. DISPOSIÇÕES GERAIS	20
ANEXO I	22
ANEXO II.....	27
ANEXO III	28
ANEXO IV	29
ANEXO V	30
ANEXO VI	31
ANEXO VII	32
ANEXO VIII	33
ANEXO I do Anexo VIII	41
ANEXO IX	43



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

PREÂMBULO

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, órgão do Poder Judiciário, com endereço à Rua Aimorés, nº 698 - Funcionários - CEP nº 30.140-070 - Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 16.866.394/0001-03, isento de inscrição estadual, torna público aos interessados do ramo pertinente que promoverá, **para REGISTRO DE PREÇOS**, a **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, das Leis Estaduais nº 13.994/2001 e 14.167/2002, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, dos Decretos Estaduais nº 44.630/2007, 44.786/2008, 44.787/2008 e 45.902/12, pela Resolução TJMMG nº 71/2008, e pelas Portarias nº 311/2004, 511/2010, 567/2011 e 620/2012 deste Tribunal e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações, e pelas condições estabelecidas pelo presente edital, cujo objeto se descreve abaixo e, em minúcias, no Anexo I deste edital, que dele faz parte integrante e inseparável.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de impressos padronizados para a Justiça Militar, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital e de acordo com os modelos apresentados pela Gerência Administrativa.

2. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. Cópia deste Edital encontra-se disponível na internet, no site www.tjmmg.jus.br, no link "LICITAÇÕES".

2.2. Até 05 (cinco) dias após a publicação do aviso deste Edital, qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão, mediante petição por escrito, protocolizada no Tribunal de Justiça Militar, à Rua dos Aimorés, 698, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG.

2.2.1. Na presente licitação, o licitante terá até às 18 horas do dia 06/08/2012 (segunda-feira), para apresentar sua impugnação a este Edital ou solicitar esclarecimentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.3. Impugnações a este Edital poderão ser interpostas pelos interessados, devendo ser protocolizadas, em ENVELOPE LACRADO, no setor de Protocolo deste Tribunal, a partir da publicação do aviso do Edital, e serão dirigidas à Pregoeira Áurea Maria Alves Araújo, o qual deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Obs.: A resposta da pregoeira à impugnação estará disponibilizada no site www.tjmmg.jus.br

2.3.1. Em nenhuma hipótese, a Comissão receberá envelope sem o devido lacre.

2.4. Caso a impugnação seja acolhida, ou os esclarecimentos ou providências solicitados determinem alterações no Edital, será designada nova data para a realização do Pregão, a qual estará publicada no Diário Eletrônico da Justiça Militar (e-DJM), através do site www.tjmmg.jus.br

2.5. Respostas da Pregoeira em relação a meros esclarecimentos serão disponibilizadas através do link "LICITAÇÕES", ficando acessíveis a todos os interessados. Poderão, ainda, ser disponibilizadas outras informações que a Pregoeira julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

2.6. A pregoeira responderá sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será disponibilizada a resposta no site www.tjmmg.jus.br, para conhecimento dos interessados em participar do certame, cabendo a estes acessar o site, com frequência, para obtenção das informações prestadas.

2.7. Meras dúvidas e/ou informações a respeito do presente Pregão, poderão ser prestadas pessoalmente na sede do TJM (Rua Aimorés, 698, Funcionários, BH/MG), diretamente com a pregoeira ou membro de sua equipe de apoio, ou, ainda, pelo telefax (31)3274-1566. Poderá, também, ser enviado um e-mail para o endereço aurea@tjmmg.jus.br, bastando preencher os dados abaixo e encaminhá-los pelo endereço eletrônico (ou pelo telefax):

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07 / 2012

Razão Social: _____
Endereço: _____
Contato: _____
Fone: _____ Fax: _____
E-mail: _____



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, bem como os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação, que consiste em:

- a) Credenciamento junto à pregoeira, devendo o interessado, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;
- b) Declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- c) Proposta comercial em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: ENVELOPE 01 – PROPOSTA COMERCIAL;
- d) Documentos de habilitação em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: ENVELOPE 02 – HABILITAÇÃO.

3.2. Não poderá participar da presente licitação:

- a) Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas ou sociedades estrangeiras;
- c) Pessoas físicas ou jurídicas que estiverem suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública Estadual;
- d) Pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública Estadual;
- e) Pessoas físicas ou jurídicas que tiverem contrato rescindido com órgão da Administração Pública direta ou indireta, por inadimplência;
- f) Pessoas físicas ou jurídicas que estiverem sob processo de falência, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
- g) Pessoas físicas ou jurídicas que incidirem no estipulado do art. 9º da Lei Federal 8.666/93;
- h) Pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- i) Pessoas físicas ou jurídicas que incorrerem em outros impedimentos previstos em lei.

3.2.1. A não observância das vedações contidas neste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

3.3. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.4. Não serão admitidos mais de um representante por empresa, nem um único representante para mais de uma empresa.

4. ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1. Os envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues à pregoeira, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Rua Aimorés, nº 698 - Belo Horizonte/MG

DATA: 13/08/2012

HORÁRIO: 10:00 horas

PREGOEIRA: Áurea Maria Alves Araújo

4.1.1. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

a) no envelope de **PROPOSTA COMERCIAL:**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
LICITAÇÃO Nº 07/2012
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

P R O P O S T A C O M E R C I A L

b) no envelope de **HABILITAÇÃO:**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
LICITAÇÃO Nº 07/2012
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

H A B I L I T A Ç Ã O

4.2. O Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Habilitação” que não sejam entregues à pregoeira designada, no local, data e horário definidos neste Edital.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5. CREDENCIAMENTO

5.1. No início da sessão, o proponente, ou seu representante legalmente constituído, deverá apresentar-se à pregoeira para credenciamento, devidamente munido de documento que expressamente o credencie a participar do certame, ofertar lances e a responder pela representada. Poderá, para tanto, utilizar-se do modelo de credenciamento constante do Anexo II.

5.2. Caso o credenciado seja sócio ou participante da empresa, é indispensável que se comprove por meio de documento original ou autenticado, na ocasião, ser detentor de poderes que o habilite a formular lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em nome da empresa.

5.3. O credenciado deverá comparecer à sessão portando a carteira de identidade, procuração (pública ou particular) e contrato social ou documento equivalente que comprove poderes do outorgante para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

5.4. A legitimidade da representação será demonstrada por um dos documentos abaixo, no seu prazo de validade e na abrangência de seu objeto:

a) Instrumento de mandato público;

b) Instrumento de mandato particular, assinado por dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, com firma reconhecida em cartório. Neste caso, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto, contrato social ou ato constitutivo, e da última alteração estatutária ou contratual ou da respectiva consolidação, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

c) Documento original ou autenticado, em vigor, de constituição da empresa, quando se tratar de sócio, administrador ou diretor.

5.5. Em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6. Considerando que o credenciamento ocorre em fase preliminar à habilitação das empresas, deverão os representantes portar em mãos a documentação prevista no subitem 5.4 deste Edital, não devendo a mesma ser colocada dentro do envelope de “Habilitação”.

5.7. Deverá ser ainda entregue, OBRIGATORIAMENTE, juntamente com o credenciamento, declaração emitida pela proponente, na qual afirma estar ciente das normas contidas neste edital e que atende todos os requisitos de comprovação de habilitação solicitados no item 8 deste Edital. A declaração poderá ser feita conforme o modelo constante do Anexo III.

5.7.1. As ME's e EPP's devem fazer constar da certidão a que se refere o subitem 5.5, se for o caso, a restrição da documentação exigida, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, sob



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pena de ser considerada inabilitada neste procedimento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5.8. O prazo para credenciamento encerra-se no momento da abertura da sessão do pregão.

6. PROPOSTA COMERCIAL

6.1. A proposta deverá ser elaborada de forma clara, em papel timbrado e atender aos seguintes requisitos:

6.1.1. datilografadas ou impressas, com páginas rubricadas, sendo a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito das demais licitantes, prejuízo à Administração Pública ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, devendo conter:

a) razão social, número do CNPJ, endereço completo, número do telefone e do fax da empresa proponente, observando-se que o CNPJ da licitante deverá ser o mesmo que constará da nota fiscal a ser emitida pela empresa vencedora desta licitação;

b) especificações e características detalhadas dos produtos a serem fornecidos, conforme Anexo I deste Edital;

c) preços unitário e total de todos os itens, expressos em moeda corrente do País, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;

d) nos preços propostos deverão vir incluídos todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, tais como, tributos, encargos trabalhista, social, securitários e quaisquer outros que porventura possam recair ou venham incidir sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive ICMS, se houver, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da proponente;

e) prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

f) data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.

6.2. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma cotação para cada item do objeto desta licitação.

6.3. O Tribunal de Justiça Militar/MG não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues à pregoeira designada, no local, data e horário definidos neste Edital.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.4. Somente serão conhecidas a proposta e a documentação apresentadas, na sessão, pelo licitante ou seu representante legal, devidamente credenciado.

6.5. Após a abertura das propostas, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando o licitante sujeito à suspensão ou cancelamento de seu registro, de acordo com as previsões legais, além da inclusão no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual, instituído pela Lei nº 13.994, de 18/09/2001.

6.6. A pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras para julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo e relevar omissões puramente formais, observadas na documentação e na proposta. A pregoeira pode, inclusive, negociar o percentual da proposta, ressaltando que tudo isso é permitido, desde que não contrarie a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação.

6.7. Em caso de divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o preço unitário.

6.8. O licitante não é obrigado a cotar todos os lotes, porém, em cada lote ofertado, deverão estar incluídas as cotações de todos os itens que o compõem, sob pena de desclassificação da proposta.

6.9. A Licitante que tiver interesse poderá retirar os modelos dos impressos, objeto desta contratação, junto à Gerência Administrativa do Tribunal de Justiça Militar.

7. SESSÃO DO PREGÃO

7.1. No dia, hora e local designados para a sessão pública do pregão, será feito o credenciamento dos participantes, identificação dos representantes das empresas proponentes e o recolhimento dos envelopes de proposta comercial e de habilitação. Após o credenciamento, a pregoeira declarará aberta a sessão do PREGÃO, e não mais aceitará novos proponentes.

7.2. Classificação das propostas comerciais

7.2.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas a fim de que seja verificado se foram atendidas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo.

7.2.2. A pregoeira classificará o autor da proposta de **menor preço total por lote** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem da rodada de lances verbais.

7.2.3. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no item anterior, a pregoeira classificará as melhores propostas, em ordem crescente de valor, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas, para que seus autores participem dos lances verbais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.4. Havendo empate entre propostas de preços que se enquadrem nas hipóteses descritas nos dois subitens anteriores, essas serão classificadas.

7.2.5. Será desclassificada a proposta que:

- a) apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e inciso I e II do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) não apresentar cotação de preço para todos os itens do(s) lote(s) do(s) qual(is) esteja participando, conforme especificado no Anexo I deste Edital;
- c) for apresentada em desacordo com este Edital.

7.3. Lances verbais

7.3.1. Será dada oportunidade para nova disputa entre as licitantes classificadas, por meio de lances verbais, individuais e sucessivos, de valores distintos e menores que o último lance ofertado, iniciando-se a rodada de lances a partir do autor da proposta classificada de maior preço, seguido pelos demais, em ordem decrescente.

7.3.2. Os lances verbais deverão ser dados considerando-se o valor total do lote.

7.3.3. Não caberá retratação dos lances ofertados.

7.3.4. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

7.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.3.6. A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a pregoeira considerar necessário.

7.4. Julgamento

7.4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.2.1. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

7.4.2.2. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos deste Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita, podendo a pregoeira negociar para obter melhores condições.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.4.3. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação da sua condição habilitatória.

7.4.4. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4.4.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.4.1.1. a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances verbais, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do mesmo direito;

7.4.4.1.2. não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4.4.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

7.4.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

7.4.6. Constatado o atendimento pleno às exigências deste Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Estadual nº 44.630/2007.

7.4.7. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante habilitada declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto desta licitação.

7.4.8. Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, a pregoeira poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

7.4.9. A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar à pregoeira, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a proposta de preços ajustada ao valor final de seu lance, contendo o preço unitário de todos os itens que compõem a proposta.

7.4.10. Da sessão do pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela pregoeira, equipe de apoio e licitantes presentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8. HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a pregoeira comprovará as condições de habilitação do autor da melhor oferta, que será realizada por meio de consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitare e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, e pela análise dos documentos a seguir relacionados, que deverão constar do envelope de habilitação.

8.2. Para a Habilitação Jurídica:

- a) no caso de Empresário, o registro comercial;
- b) no caso de Sociedades Empresárias, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- c) no caso de Sociedades Simples, a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) no caso de ME ou EPP, declaração, sob as penas da lei, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, assim definidas de acordo com os incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06, observando o modelo no Anexo V deste edital.

8.2.1. Na hipótese das alíneas “b” e “c” do subitem 8.2 os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

8.3. Para comprovação da Regularidade Fiscal:

- a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) certidão negativa emitida pelo órgão competente que demonstre regularidade junto às Fazendas Públicas estadual e municipal de seu domicílio ou sede;
- c) Certidão Conjunta de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal para comprovação de regularidade junto à Fazenda Pública Nacional;
- d) certificado emitido pela Caixa Econômica Federal para comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) certidão negativa de débito, ou prova equivalente, que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social, ou ainda prova de garantia do juízo com valor suficiente para pagamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

do débito, quando em litígio, para comprovação de regularidade junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS.

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, “CND Trabalhista”, nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei n. 8666/93, com a redação dada pela Lei 12.440, de 07.07.2011.

8.3.1. No caso de fornecedor não inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais, o mesmo deverá apresentar, ainda, declaração de que não possui nenhum débito perante a Fazenda Pública deste Estado, o que será objeto de conferência, pela pregoeira, como condição para homologação da licitação.

8.4. Para comprovação da qualificação econômico-financeira: certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei nº 8.666/93, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para sessão pública deste Pregão.

8.5. Para comprovação do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: declaração de que a empresa não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou, em qualquer trabalho, menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, a qual deverá ser assinada por quem possua poderes para representá-la em juízo ou fora dele, comprovando-se esta condição, podendo utilizar-se do modelo constante do Anexo VII deste Edital.

8.6. Juntamente com os documentos constantes neste item, o fornecedor, mesmo cadastrado junto ao Certificado de Registro Cadastral, deverá apresentar declaração de que a empresa não se encontra declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.

8.7. Das disposições gerais sobre a habilitação

8.7.1. A pregoeira e/ou a equipe de apoio consultará o CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração, com a finalidade de se verificar a situação do fornecedor.

8.7.2. O fornecedor, detentor do Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Portal de Compras, poderá apresentá-lo para utilizar-se do(s) documento(s) nele descrito(s), em substituição aos documentos exigidos, desde que dentro de seu prazo de vigência.

8.7.3. Na hipótese de os documentos descritos no certificado de que trata o subitem 8.7.2 estarem com a data de vigência vencida, será assegurado ao fornecedor, já cadastrado, o direito de apresentar documentação atualizada e regularizada na própria sessão do pregão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.7.4. Serão analisados no certificado de que trata o subitem 8.7.2 somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos.

8.7.5. Sob pena de inabilitação, em todos os documentos apresentados para habilitação deverão constar o nome do fornecedor, o número do CNPJ e o endereço respectivo.

8.7.6. Se a licitante figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se estabelecimento filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que forem emitidos somente em nome da matriz;

8.7.7. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.7.8. Declarações falsas sujeitarão a licitante às sanções previstas em lei e especialmente as previstas neste Edital.

8.7.9. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades constitui meio legal de prova, sendo que a ausência de qualquer documento de habilitação passível de consulta, durante a sessão, pelo sistema eletrônico (incluindo internet ou outros programas de computador), não acarretará a inabilitação da licitante.

8.7.10. Na hipótese do subitem anterior, a pregoeira fará a consulta no ato da sessão para averiguar a regularidade fiscal do fornecedor e providenciará a impressão dos documentos necessários à comprovação das exigências de habilitação.

8.7.11. Os documentos provenientes da internet terão sua autenticidade certificada junto aos sítios dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

8.7.12. Para fins de conferência, a pregoeira reserva-se o direito de exigir os originais de todos os documentos apresentados em fotocópias.

8.7.13. A autenticação dos documentos poderá ser feita por cartório competente, pela pregoeira ou qualquer membro da equipe de apoio, à vista dos originais, no ato de abertura da sessão do pregão.

8.7.14. As ME's e as EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

8.7.14.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.7.14.2. A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à pregoeira.

8.7.14.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 2 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

8.7.14.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.7.15. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, salvo a certidão especificada no item 8.4.

8.7.16. O Tribunal manterá em seu poder os envelopes de habilitação das licitantes classificadas, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

9. RECURSOS

9.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A licitante poderá apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todas as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.4. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. O resultado do recurso será divulgado no Diário Eletrônico da Justiça Militar e comunicado a todas as licitantes via fax ou correio eletrônico.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Inexistindo manifestação recursal, a pregoeira adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Tribunal de Justiça Militar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do Tribunal de Justiça Militar homologará a adjudicação e determinará a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, o Tribunal convocará os interessados para, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

11.2. Poderá a proposta da licitante ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o Tribunal conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes classificadas até o terceiro lugar, em ordem crescente de preços.

11.3. Após a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Eletrônico da Justiça Militar, poderão ser emitidas "Autorização de Compra" dentro do prazo de validade do Registro.

11.4. A Ata de Registro de Preços não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nela registrados nem a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

11.4.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando o Tribunal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

11.5. Será realizada pesquisa de mercado antes de qualquer contratação mediante o registro de preços, para que possa ser evidenciada a conveniência ou não da compra por intermédio desse sistema, durante o período de validade da respectiva Ata.

11.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

11.7. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

11.8. Ocorrendo o cancelamento previsto no item 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

11.9. Cancelados os registros, nos termos previsto no item 11.7, o Tribunal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

11.10. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

11.11. Da Ata constarão, também, as obrigações do Tribunal e dos Fornecedores.

11.12. A vigência da ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº 44.787/2008.

11.13. Decorridos 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas e havendo prorrogação da ata, os preços poderão ser reajustados pela variação do IGPM (FGV) acumulado do período, ou outro índice que o substitua.

12. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

12.1. O prazo de entrega do objeto será de 10 (dez) dias úteis após a entrega da nota de empenho à(s) licitante(s) vencedora(s).

12.1.1. O prazo previsto neste subitem poderá ser prorrogado por acordo entre as partes, desde que justificadamente.

12.2. A entrega deverá ser feita no Tribunal de Justiça Militar, à Rua Aimorés, nº 698, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte, em horário previamente ajustado.

12.3. As contratações decorrentes deste registro de preços observarão a ordem de classificação e a capacidade de abastecimento dos fornecedores.

13. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO DOS IMPRESSOS

13.1. As contratações decorrentes deste registro de preços observarão a ordem de classificação e a capacidade de abastecimento dos fornecedores.

13.2. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar a "Autorização de Compra".

13.3. Se o fornecedor recusar-se a assinar a "Autorização de Compra", poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

13.4. A Gerência Administrativa é o setor responsável por todo o processo de avaliação, recebimento, conferência e liberação da nota fiscal para o pagamento do material.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

13.5. Para fins de conferência e aprovação, as licitantes vencedoras deverão apresentar à Gerência Administrativa deste Tribunal um exemplar de cada item a ser confeccionado, em 02 (duas) vias, no papel que será confeccionado, antes da impressão definitiva do material.

13.6. Os impressos serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo do material não exclui a responsabilidade civil a ele relativa.

13.7.1. Os impressos serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contida neste Edital.

13.7.2. Os impressos serão recebidos definitivamente após a verificação da quantidade e da qualidade do material, lavrando-se Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada por dois servidores da Gerência Administrativa.

13.8. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

13.9. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

14. DO PAGAMENTO

14.1. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas por meio da Diretoria Executiva de Finanças do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais ou em estabelecimento bancário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega definitiva do material e apresentação de hábil documento fiscal.

14.2. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, ou troca de produto insatisfatório, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

14.3. Para facilidade de pagamento, solicita-se a indicação do número da conta bancária, nome do banco e agência.

15. DAS PENALIDADES

15.1. As licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a(s) licitante(s) vencedora(s), sujeitar-se-á(ão), no que couber, às penalidades previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro dos prazos de 3 (três) dias úteis, em se tratando da Ata, e de 5 (cinco) dias úteis nos demais casos, a contar da comunicação da Gerência Administrativa do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tribunal, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante vencedora às penalidades legais, conforme art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.1. O disposto acima não se aplica às licitantes convocadas que não aceitarem a contratação nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto ao preço e prazo.

15.3. A recusa da licitante vencedora em entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido neste Edital, caracterizará o descumprimento da obrigação.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, o Tribunal de Justiça Militar poderá aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa:

15.4.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;

15.4.2. multa;

15.4.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 24, 25 e 26 do Decreto Estadual nº 44.431/2006 e suas posteriores alterações;

15.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição e não for procedido ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes da inadimplência do fornecedor.

15.5. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

15.5.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

15.5.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual;

15.6. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da proposta atualizado.

15.7. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste item, de acordo com a gravidade da infração, observada a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.8. O Tribunal fica desde já autorizado, em caráter irrevogável, a efetuar do pagamento devido à contratada a dedução dos valores correspondentes à multa, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

15.9. Quando a licitante vencedora se recusar a entregar os materiais, o Tribunal reserva-se o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem da classificação, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste Edital.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

15.10. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O PREGÃO será realizado pela pregoeira Áurea Maria Alves Araújo e pela equipe de apoio composta pelos servidores Edmar dos Reis e Herbert Gomes Colen, sendo eventuais substituições efetuadas na forma prevista nas Portarias nº 511/2010, 567/2011 e 620/2012 deste Tribunal.

16.2. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via Internet e tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no sítio www.tjm.mg.gov.br e publicações no Diário Eletrônico da Justiça Militar, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

16.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar, no prazo máximo de 48 horas, após a adjudicação do objeto, a proposta de preços de todos os itens que compõem a proposta, com os valores finais de seu lance.

16.4. A entrega da proposta implica, automaticamente, na aceitação tácita e irrevogável das condições de participação, não sendo válida qualquer alegação de desconhecimento ou de ignorância das condições estabelecidas neste Edital.

16.5. Será dada vista aos proponentes interessados, tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação, apresentados na sessão.

16.6. A pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

16.7. É facultada à pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, vedada a juntada de documento ou informação que deveriam constar originariamente do envelope de proposta ou de habilitação.

16.8. É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela, após a abertura da sessão do pregão.

16.9. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93, sendo os preços unitários usados para cálculo de eventuais acréscimos ou deduções de quantitativos.

16.10. É vedado à vencedora subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

16.11. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

16.12. Se, por qualquer motivo, não houver expediente no Tribunal de Justiça Militar nas datas previstas para entrega e/ou abertura dos envelopes de proposta e de habilitação, como também dos prazos de recursos, estas ficarão automaticamente prorrogadas para o dia útil subsequente.

16.13. São anexos do presente Edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Credenciamento;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;
- d) ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração de enquadramento ME e EPP;
- f) ANEXO VI – Modelo de Declaração Fatos Supervenientes e Impeditivos;
- g) ANEXO VII – Modelo de Declaração art. 7º, XXXIII, CR/88;
- h) ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- i) ANEXO I do Anexo VIII;
- j) ANEXO IX – Minuta de Autorização de Compra.

16.14. Em caso de dúvidas, informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3274-1566 ou pessoalmente no Tribunal de Justiça Militar, no horário de 9:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2012.

Juiz Cel BM Osmar Duarte Marcelino
Presidente do TJM-MG



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

Almoxarifado/Gerência Administrativa do TJM/MG.

2. OBJETO:

2.1. Aquisição de impressos padronizados para a Justiça Militar Estadual pelo Sistema de Registro de Preços, com ata vigente para 12 (doze) meses.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

SRP - Sistema de Registro de Preços			
Impressos para a Justiça Militar			
ITEM	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO	UN	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL
LOTE 1			
1.1	2000	UN	Pasta processo timbrada para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - cartolina 290 g, cor azul, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.2	4000	UN	Pasta processo timbrada para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - em cartão marmorizado 0,50 mm, cor azul, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.3	6000	UN	Pasta processo timbrada para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - em cartão marmorizado 0,50 mm, cor amarela, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.4	6000	UN	Pasta processo timbrada para a Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - cartão marmorizado 0,50 mm, cor azul, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.5	6000	UN	Pasta processo timbrada para a Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - cartão marmorizado 0,50 mm, cor amarela, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
LOTE 2			
2.1	12000	UN	Envelope branco timbrado-tipo carta para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, formato 11x15,5 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2	6.000	UN	Envelope branco timbrado-tipo ofício para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, formato 11x23 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.
2.3	1500	UN	Envelope branco timbrado-tipo ofício para a Justiça Militar Estadual - Corregedoria, formato 11x23 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.
2.4	2500	UN	Envelope branco timbrado-tipo ofício para a Justiça Militar Estadual, formato 11x23 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.
2.5	6000	UN	Envelope saco timbrado pequeno para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 24,8X18,6 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.6	3500	UN	Envelope saco timbrado pequeno para Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 24,8X18,6 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.7	5000	UN	Envelope saco timbrado médio, para Justiça Militar Estadual - Corregedoria, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 25X35 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.8	10000	UN	Envelope saco timbrado médio para Justiça Militar de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 25X35 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.9	15000	UN	Envelope saco timbrado médio para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 25X35 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.10	3000	UN	Envelope saco timbrado grande para Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 41X31 cm, embalado em papel kraft em pacote de 100 unidades.
2.11	3000	UN	Envelope saco timbrado grande para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 41X31 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.12	8000	UN	Envelope saco branco timbrado para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço remetente, formato 22,7 x 31,9 cm.
LOTE 3			
3.1	12000	UN	Cartão timbrado para Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, papel opaline 180 g – formato 11x15,5 cm, embalados em papel Kraft, em pacotes de 100 unidades
3.2	1000	UN	Ficha cartolina 250 g. na cor verde para a Diretoria Executiva de Finanças, medindo 31x23,5 cm, conforme modelo apresentado
3.3	40.000	UN	Papel segurança – formato A4 – papel apergaminhado 75g, conforme modelo apresentado
3.4	4.000	UN	Papel para voto de congratulação – formato A4 em papel vergê branco 180g, conforme modelo apresentado

OBS: Os modelos dos impressos estão à disposição dos licitantes, na Gerência Administrativa do Tribunal de Justiça Militar

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. Tendo em vista que o último procedimento licitatório para confecção de impressos padronizados para atender as demandas da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, ocorreu em novembro de 2010, faz-se necessário realizar uma nova licitação, objetivando a reposição do estoque do almoxarifado, bem como futuras e eventuais aquisições, a fim de que a falta ou mesmo o número reduzido de qualquer dos itens relacionados no objeto deste Termo de Referência não cause prejuízo aos serviços prestados por este Tribunal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

4.1. O prazo da entrega dos impressos será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da nota de empenho ao fornecedor.

4.2. Os impressos deverão ser entregues no Almoxarifado do TJM/MG, situado à Rua Aimorés, 698, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

4.2.1. O fornecedor deverá agendar no TJMMG/Almoxarifado, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através do telefone (31) 3274-1566, a entrega do material, sob pena de não recebimento imediato do mesmo na chegada a sede do Tribunal.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.1. Os impressos serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. O recebimento provisório ou definitivo dos impressos não exclui a responsabilidade civil a ele relativa.

5.2.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) impressos devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos impressos em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

Os impressos em evidente desconformidade com as especificações exigidas serão recusados no ato da entrega, sob total responsabilidade do fornecedor, que deverá providenciar a entrega do material adquirido dentro do prazo previsto.

5.2.2. O recebimento definitivo dos impressos dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital, estando as amostras aprovadas.

5.2.3. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada por dois servidores da Gerência Administrativa.

5.3. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

5.3.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

- 6.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega, desde que observadas às normas de segurança.
- 6.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.
- 6.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.
- 6.1.4. Quando da emissão de autorização de compra, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 6.2.1. Entregar os impressos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na Ata de Registros de Preços.
- 6.2.2. Comunicar, antecipadamente, a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência;
- 6.2.3. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias e sem ônus para o Tribunal, os impressos devolvidos em razão de divergências entre os impressos entregues e as especificações contidas na Ata de Registro de Preços ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.
- 6.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.
- 6.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 6.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I do Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;
- 6.2.7. Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.
- 6.2.8. Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

6.2.9. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

6.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos impressos, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

8. VALIDADE DOS PRODUTOS:

8.1. mínimo de 1 (um) ano a contar da entrega dos produtos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, a participar do Procedimento Licitatório nº 07/2012, instaurado pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº 07/2012, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe **plenos poderes** para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ n.º, bem como formular propostas, ofertar lances, oferecer recursos, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de de 2012.

.....
Assinatura do dirigente da empresa

.....
Nome do dirigente da empresa

Obs.:

1. caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, ciente das normas do edital, declara, sob as penas da lei, que cumpriu fielmente todos os requisitos de comprovação para habilitação no Procedimento Licitatório nº 07/2012 – modalidade Pregão Presencial, sob o nº 07/2012, promovido pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

Assinatura do Representante legal da empresa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL							
Procedimento Licitatório nº 07/2012- Pregão Presencial nº 07/2012							
TIPO: Menor Preço por Lote							
Dados a constar na proposta				Preenchimento pelo proponente			
Razão Social							
CNPJ							
Endereço							
Telefone/Fax							
Nome do responsável p/assinatura da Autorização de Compra							
Identidade do Signatário							
Nacionalidade do Signatário							
CPF do Signatário							
OBJETO							
Lote	Item	Quantidade	Especificação	PREÇO COM ICMS		PREÇO COM DEDUÇÃO DE ICMS	
				UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
1							
TOTAL DO LOTE 1				R\$		R\$	
2							
TOTAL DO LOTE 2				R\$		R\$	
3							
TOTAL DO LOTE 3				R\$		R\$	
(...)				(...)		(...)	

Validade da proposta: Mínima de 60 (dias).

Prazo de Entrega: 10 dias após a emissão da Nota de Empenho

Local e data _____

Assinatura do representante legal da empresa _____

OBS.: SOMENTE DEVERÃO PREENCHER AS COLUNAS DE PREÇO SEM ICMS OS FORNECEDORES SUJEITOS AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.349/03 E À RESOLUÇÃO Nº 3.458/03, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SEPLAG Nº. 3.709/05. OS DEMAIS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR O PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PRATICADOS NO MERCADO E COMPROVAR A SITUAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO AO REFERIDO DECRETO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2012

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que se enquadra como _____, assim definida nos termos do art. 3º, inciso _____, da Lei Complementar federal n. 123, de 14.12.2006.

Local e data

(Nome, cargo e assinatura do representante legal ou procurador)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa _____ declara, sob as penas da Lei, e na forma do § 2º, artigo 32, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no Procedimento Licitatório nº 07/2012 – Pregão Presencial nº 07/2012, do Tribunal de Justiça Militar e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo.

DECLARA, também, que se compromete a informar a ocorrência de qualquer fato impeditivo posterior a esta declaração que interfira nos dados constantes dos registros cadastrais do Estado de Minas Gerais, inclusive em relação ao porte do fornecedor declarado acima.

_____, ____ de _____ de 2012.

(Representante legal – Identidade – CPF/CNPJ do declarante)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Cumprimento ao inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

PESSOA JURÍDICA

Ref.: Procedimento Licitatório nº 07/12

(nome da empresa), CPF/CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). (nome do representante), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 2012.

(Nome – Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

PESSOA FÍSICA

Ref.: Procedimento Licitatório nº 07/12

(nome do licitante), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 2012.

(Nome – Identidade – CPF)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº/2012

EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 64/2012

Procedimento Licitatório nº 07/2012 – Pregão Presencial nº 07/2012

Validade: até/..../....

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de de 2012, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Aimorés nº 698, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.866.394/0001-03, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº 13.994/2001, de 18.09.01 e 14.167/2002, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, pelos Decretos Estaduais nºs. 44.630/2007, 44.786/2008, 44.787/2008 e 45.902/2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, pela Resolução nº 71/2008 do TJM, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Juiz Cel BM Osmar Duarte Marcelino, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE 1 -, com sede na....., em, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., neste ato representada por seu, Sr(a)....., residente em, portador da Carteira de Identidade n.º....., CPF n.º.....;

LOTE 2 -, com sede na....., em, inscrita no CNPJ/MF 21 sob o n.º....., neste ato representada por seu, Sr(a)....., residente em, portador da

Carteira de Identidade n.º....., CPF n.º.....;

LOTE 3 -, com sede na....., em, inscrita no CNPJ/MF 21 sob o n.º....., neste ato representada por seu, Sr(a).....,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

residente em, portador da Carteira de Identidade n.º, CPF n.º

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de impressos padronizados conforme especificado no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada ao Procedimento Licitatório nº 07/2012 – Pregão Presencial nº 07/2012.

1.2. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. Os quantitativos, marcas e preços registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 14 do Decreto 44.787/2008 e, conforme o art. 57, parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

3.2. Decorridos 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas e havendo prorrogação da ata, os preços poderão ser reajustados pela variação do IGPM (FGV) acumulado do período, ou outro índice que o substitua.

CLÁUSULA QUARTA – DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência Administrativa do Tribunal, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar os preços registrados.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos impressos será de 10 (dez) dias úteis após a entrega da nota de empenho à(s) licitante(s) vencedora(s).

5.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado por acordo entre as partes, desde que justificadamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2. Não poderá haver entrega parcelada do material adquirido, ficando o pagamento condicionado à entrega da totalidade da aquisição.

5.3. O local de entrega será na Rua Aimorés, nº 698, em Belo Horizonte/MG, no horário de 8 às 12 e das 13 às 17:00 horas.

5.4. O fornecedor deverá agendar a entrega dos materiais através do telefone (31) 3274 1566, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias no endereço indicado no item 5.3.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO DOS IMPRESSOS

6.1. As aquisições decorrentes deste registro de preços observarão a ordem de classificação e a capacidade de abastecimento dos fornecedores.

6.2. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar a Autorização de Compra, modelo Anexo IX deste edital.

6.3. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação até o terceiro lugar, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

6.4. A Gerência Administrativa é o setor responsável por todo o processo de avaliação, recebimento, conferência e liberação da nota fiscal para o pagamento do material.

6.5. Para fins de conferência e aprovação, as licitantes vencedoras deverão apresentar à Gerência Administrativa deste Tribunal um exemplar de cada item a ser confeccionado, em 02 (duas) vias no papel que será confeccionado, antes da impressão definitiva do material.

6.6. Os impressos serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do material não exclui a responsabilidade civil a ele relativa.

6.7.1. Os impressos serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contida neste Edital

6.7.2. Os impressos serão recebidos definitivamente após a verificação da quantidade e da qualidade do material, lavrando-se Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada por dois servidores da Gerência Administrativa.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do material não exclui a responsabilidade civil a ele relativa.

6.9. O material entregue em desacordo com as especificações contidas neste Edital deverão ser substituídos por outros que atendam às especificações, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.9.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

7.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança.

7.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos impressos.

7.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata.

7.1.4. Quando da emissão de autorização de compra, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

7.2.2. Comunicar, antecipadamente, a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

7.2.3. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias e sem ônus para o Tribunal, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

7.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

7.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

7.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I desta Ata, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

7.2.7. Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.8. Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

7.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compras e da Nota de Empenho.

8.2. As despesas serão pagas pela Diretoria Executiva de Finanças do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais ou em estabelecimento bancário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega definitiva dos móveis e apresentação de hábil documento fiscal, acompanhada das certidões de débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

8.3. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, ou troca de produto insatisfatório, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

8.4. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações contidas neste Edital.

8.5. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

8.6. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

8.7. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

9.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual alteração daqueles existentes no mercado, cabendo à Gerência Administrativa do Tribunal convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

9.2.1. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Gerência Administrativa negociará a redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, se frustrada a negociação.

9.3. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes da emissão de autorização de compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

10.1.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

10.1.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico da Justiça Militar, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ocorrer com antecedência de 30 (trinta) dias e poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

10.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

11.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;

11.1.2. multa;

11.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 24, 25 e 26 do Decreto Estadual nº 44.431/2006, e suas posteriores alterações.

11.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição e não for procedido ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes da inadimplência do fornecedor.

11.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

11.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

11.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual;

11.3. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da proposta atualizado.

11.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula, de acordo com a gravidade da infração, observada a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

11.5. O Tribunal fica desde já autorizado, em caráter irrevogável, a efetuar do pagamento devido à contratada a dedução dos valores correspondentes à multa, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

11.6. Quando a licitante vencedora se recusar a cumprir os compromissos previstos neste instrumento, ou a existência de irregularidade no cumprimento de suas obrigações, o Tribunal



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

reserva-se o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem da classificação, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, xx de xxxxxxxxxxxx de 2012.

Pelo Tribunal:

Juiz Cel BM Osmar Duarte Marcelino
Presidente

Pelo Fornecedor:

Testemunhas:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO I do Anexo VIII

(A que se refere a Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços nº /2012 – Anexo VIII do edital)

REGISTRO DE QUANTITATIVOS, PREÇOS E FORNECEDORES

SRP - Sistema de Registro de Preços			
Impressos para a Justiça Militar			
ITEM	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO	UN	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL
LOTE 1			
1.1	2000	UN	Pasta processo timbrada para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - cartolina 290 g cor azul, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.2	4000	UN	Pasta processo timbrada para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - em cartão marmorizado 0,50 mm, cor azul, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.3	6000	UN	Pasta processo timbrada para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - em cartão marmorizado 0,50 mm, cor amarela, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.4	6000	UN	Pasta processo timbrada para a Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - cartão marmorizado 0,50 mm, cor azul, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
1.5	6000	UN	Pasta processo timbrada para a Justiça Militar do Estado de Minas Gerais- formato 35 x 52 cm - cartão marmorizado 0,50 mm, cor amarela, plastificada na parte externa, abertas, vincadas ao meio e embaladas em papel kraft, em pacote com 100 unidades.
LOTE 2			
2.1	12000	UN	Envelope branco timbrado-tipo carta para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, formato 11x15,5 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.
2.2	6.000	UN	Envelope branco timbrado-tipo ofício para o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, formato 11x23 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.
2.3	1500	UN	Envelope branco timbrado-tipo ofício para a Justiça Militar Estadual - Corregedoria, formato 11x23 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.
2.4	2500	UN	Envelope branco timbrado-tipo ofício para a Justiça Militar Estadual, formato 11x23 cm, papel ofsete 24 g, embalados em papel kraft, em pacotes de 100 unidades.
2.5	6000	UN	Envelope saco timbrado pequeno para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 24,8X18,6 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.6	3500	UN	Envelope saco timbrado pequeno para Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 24,8X18,6 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.7	5000	UN	Envelope saco timbrado médio, para Justiça Militar Estadual - Corregedoria, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 25X35 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.8	10000	UN	Envelope saco timbrado médio para Justiça Militar de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 25X35 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.9	15000	UN	Envelope saco timbrado médio para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 25X35 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.10	3000	UN	Envelope saco timbrado grande para Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 41X31 cm, embalado em papel kraft em pacote de 100 unidades.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.11	3000	UN	Envelope saco timbrado grande para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço do remetente, papel kraft natural 80 g, formato 41X31 cm, embalado em papel kraft, em pacote de 100 unidades.
2.12	8000	UN	Envelope saco branco timbrado para Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, com endereço remetente, formato 22,7 x 31,9 cm.
LOTE 3			
3.1	12000	UN	Cartão timbrado para Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, papel opaline 180 g – formato 11x15,5 cm, embalados em papel Kraft, em pacotes de 100 unidades
3.2	1000	UN	Ficha cartolina 250 g na cor verde para a Diretoria Executiva de Finanças, medindo 31x23,5 cm, conforme modelo apresentado
3.3	40000	UN	Papel segurança – formato A4 – papel apergaminhado 75g, conforme modelo apresentado
3.4	4000	UN	Papel para voto de congratulação – formato A4 em papel vergê branco 180g, conforme modelo apresentado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

ANEXO IX

MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº/2012

Processo Licitatório nº 07/2012

Pregão Presencial nº 07/2012

Ata de Registro de Preços nº/2012

Fornecedor:

CNPJ:

Endereço:

1. Objeto: Aquisição de impressos padronizados, conforme discriminação abaixo.

Lote _____				
Item	Discriminação	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total da Despesa – R\$				

1.1. Prazo de entrega: até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, referente a cada pedido.

1.2. Local de entrega: Rua Aimorés, 698 – Bairro Funcionários – Belo Horizonte

1.3. Pagamento: o valor de R\$....(...), referente ao pagamento pela aquisição dos materiais acima discriminados, será depositado na conta do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do termo de recebimento definitivo ou ateste no verso da nota fiscal.

2. Os direitos e responsabilidades das partes, as sanções cabíveis e as hipóteses de rescisão são os constantes do Edital de Licitação relativo ao procedimento nº 07/2012 – Pregão Presencial nº 07/2012.

3. A despesa decorrente da aquisição constante desta “Autorização de Compra” correrá à conta da dotação orçamentária de nº ...

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2012.

Pelo Tribunal

Juiz Cel BM Osmar Duarte Marcelino
Presidente

Pela Empresa: